



AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº DV00004/2025

PREFEITURA DE DOIS RIACHOS

PROTOCOLO Nº 0219001/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: O presente procedimento tem por objeto o aviso de cotação de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desratização e descupinização internos e externos dos prédios escolares do município de Dois Riachos/AL, com quantidades e especificações prevista no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL

PRAZO FINAL

REGÊNCIA: ART. 75, LEI Nº 14.133/21

26/02/2025

28/02/2025

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o **termo de referência** completo no site: www.doisriachos.al.gov.br do Portal de transparência da prefeitura ou enviar e-mail para cpl@doisriachos.al.gov.br. O período de apresentação de propostas dos interessados é de **3 (três) dias úteis**.

DVISON GUSTAVO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL

Av. Miguel Vieira Novais, nº 100, Centro, CEP 57.560 -000

Fone: (82) 3620-1262

PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!



AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Dois Riachos/AL, por meio do setor de compras, receberá cotações, com o objetivo de pesquisa de preços no mercado para a regular composição de processo administrativo, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desratização e descupinização internos e externos dos prédios escolares do município de Dois Riachos/AL**, com critério de julgamento pelo menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e demais legislação aplicável.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1.** O presente procedimento tem por objeto o **"aviso de cotação de preços"** para contratação de empresa para serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e periféricos odontológicos, a fim de que seja prestada assistência técnica mensal nos consultórios odontológicos, com quantidades e especificações prevista neste Termo de Referência.
- 1.1.1.** Havendo mais de um **"lote"** faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.2.** O critério de julgamento adotado será o **"menor preço global"**, observadas as exigências contidas neste **"aviso de cotação de preços"** e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

- 2.1.** O presente **aviso de cotação de preços** estará, disponível no site: <https://transparencia.doisriachos.al.gov.br/licitacao> ou através do **e-mail:** cpl@doisriachos.al.gov.br.
- 2.1.1.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos nesse **"aviso de cotação de preços"**, que estará disponível no portal da transparência do município ou através do e-mail acima.
- 2.1.2.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 2.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.2.1.** Que não atendam às condições deste **"aviso de cotação de preços"** e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:
- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;



f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na **alínea "c"** também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da **Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição (**Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário**); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao **art. 16 da Lei nº 14.133/21**.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no **art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007**.

3. INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio de sua proposta de preços, na forma do item a seguir:

3.1.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do **"aviso de cotação de preços"**, através de publicação em diário oficial e disponibilização do aviso no **site: <https://transparencia.doisriachos.al.gov.br/licitacao>**, encaminhará, por meio de e-mail ou poderá ser entregue pessoalmente, nos horários de expedientes da prefeitura de **2ª a 6ª feira (em dias úteis)**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço etc.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão substituí-la ou modificá-la;



3.8. No envio da proposta, o fornecedor deverá enviar, à seguinte declaração:

- 3.8.1.** Que não emprega menor de **18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 anos**, salvo menor, a partir de **14 anos**, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição;**

4. DO ENVIO DAS PROPOSTA

- 4.1.** A partir do primeiro dia útil da data estabelecida no "**aviso de cotação de preços**", as empresas deverão acessar o **site: <https://www.doisriachos.al.gov.br>** do portal da transparência onde estará disponível o aviso com as condições da contratação e enviar suas propostas.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1.** Encerrado o prazo para envio das propostas será classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

- 5.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

- 5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

- 5.2.3.** Em qualquer caso, quando concluída a negociação, o resultado será lavrado em uma ata/termo do procedimento da dispensa.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio de documentos complementares.

- 5.3.1.** Além da documentação supracitada, a comissão julgadora poderá solicitar do fornecedor com a melhor proposta o envio de planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 5.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

- 5.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

- 5.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

- 5.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 5.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.6.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado,



acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado na publicação, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **SICAF**;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "A", "B" e "C" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantida pelo **TCU (Certidões APF)**, vide **sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>**

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



- 6.2.2.1.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.2.2.1.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 6.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.
- 6.9.1. Habilitação Jurídica:**
- 6.9.1.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.9.1.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 6.9.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.9.1.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 6.9.1.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.9.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;



6.9.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o **art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.**

6.9.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.9.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

6.9.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.9.3.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.9.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.9.3.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 anos**, salvo menor, a partir de **14 anos**, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição;**

6.9.3.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do **Título VII-A** da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

6.9.3.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.9.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.9.3.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.9.3.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (**Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.



- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;
- 7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos **artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21** e reconhece os direitos da Administração previstos nos **artigos 137 a 139** da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa)** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
-
- 8. SANÇÕES**
- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:
- 8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência pela falta do **subitem 8.1.1** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de **0,5% (por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos **subitens 8.1.1 a 8.1.12**;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 8.1.2 a 8.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos **subitens 8.1.8 a 8.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no portal da transparência do município de Dois Riachos/AL.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos **subitens 9.2.1 e 9.2.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

9.11.2. ANEXO II – Declaração de menor;



9.11.3. **ANEXO III** – Modelo de Proposta Comercial de Preços;

Município de Dois Riachos/AL, 25 de fevereiro de 2025

DVISON GUSTAVO DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL
Av. Miguel Vieira de Novais, nº 100, Centro, CEP 57.560-000
Fone: (82) 3620-1262



PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00003/2025

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 0210032/2025

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO DIRETA

HISTÓRICO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desratização e descupinização internos e externos dos prédios escolares do município de Dois Riachos/AL

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desratização e descupinização internos e externos dos prédios escolares do município de Dois Riachos/AL.

1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desratização e descupinização internos e externos dos prédios escolares do município de Dois Riachos/AL –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativo:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DO SERVIÇO

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	DEDETIZAÇÃO: baratas, formigas, escorpiões, traças, mosquitos, muriçocas, moscas em todas as dependências dos imóveis.	m ²	6604,85
2	DESRATIZAÇÃO: Controle de roedores em todas as áreas internas e externas dos imóveis	m ²	6604,85
3	DESCUPINIZAÇÃO: Tratamento contra cupins em todo o madeiramento e alvenaria dos imóveis	m ²	6604,85

3.2.Relação de unidades a serem prestados os serviços



ITENS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA M ²
01	ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOSÉ VIEIRA GUIMARÃES END: Rua Delmiro Gouveia Area construída 150,20 m ² Area de cobertura 157,71 m ² Area de muro 56,00 m ²	150,20 m ²
02	ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUCIANO JORGE PEIXOTO END: Av. Miguel Vieira de Novais Area construída 534,40 m ² Area de cobertura 561,12 m ² Area de muro 199,00 m ²	534,40 m ²
03	ESCOLA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO END: Av. Frei Damião de Bozzano Area construída 979,36 m ² Area de cobertura 1.005,44 m ² Area de muro 0m ²	979,36 m ²
04	ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL VIEIRA DE NOVAIS END: Av. Frei Damião de Bozzano Area construída 465,36 m ² Area de cobertura 540,46 m ² Area de muro 144,27 m ²	465,36 m ²
05	CENTRO EDUCACIONAL PROF. IVONETE CIRILO END: Rua Carlos Gomes Area construída 367,50 m ² Area de cobertura 385,87 m ² Area de muro 104,00 m ² Area de cobertura extra 41,25m ²	367,50 m ²
06	CRECHE JÚLIA MARIA DA CONCEIÇÃO END: Rua Delmiro Gouveia Area construída 734,40 m ² Area de cobertura 771,12 m ² Area de muro 220,00 m ²	734,40 m ²
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO END: Rua Delmiro Gouveia Area construída 294,62 m ² Area de cobertura 309,35 m ² Area de muro 112,68 m ²	294,62 m ²
08	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO END: Rua Oscar Ferreira Soares Area construída 143,50 m ² Area de cobertura 150,67 m ² Area de muro 97,68 m ²	143,50 m ²
09	ESCOLA MUNICIPAL LUIZ CONSTANTINO END: Rua Júlio Firmino Area construída 220,80 m ² Area de cobertura 231,84 m ² Area de muro 112,35 m ²	220,80 m ²
10	ESCOLA MUNICIPAL ALBÉRICO CORDEIRO END: Sitio Fazenda de Baixo Area construída 294,20 m ² Area de cobertura 308,91 m ² Area de muro 210,60 m ²	294,20 m ²
11	ESCOLA MUNICIPAL JOEL MESSIAS END: Sitio	90,00 m ²



	Area construída 90,00 m ² Area de cobertura 94,50 m ² Area de Muro 0 m ²	
12	SCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO MARCELINO END: Sítio Lagoa da Volta Area construída 68,90 m ² Area de cobertura 72,34 m ² Area de muro 0 m ²	68,90 m ²
13	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA SAÚDE END: Sítio Jurema Area construída 150,76 m ² Area de cobertura 158,29 m ² Area de muro 26,00 m ²	150,76 m ²
14	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL ROBERTO END: Sítio Gameleira Area construída 90,00 m ² Area de cobertura 94,50 m ² Area de muro 0 m ²	90,00 m ²
15	ESCOLA MUNICIPAL JAIME LUSTOSA END: Sítio Pedra d'agua Area construída 126,00 m ² Area de cobertura 132,30 m ² Area de muro 0 m ²	126,00 m ²
16	ESCOLA MUNICIPAL SIMONE FERREIRA END: Sítio Monte Alegre Area construída 91,04 m ² Area de Cobertura 95,59 m ² Area de muro 0 m ²	91,04 m ²
17	ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ TAVARES END: Lagoa dos Paus Pretos Area construída 132,80 m ² Area de cobertura 139,44 m ² Area de muro 0 m ²	132,80 m ²
18	ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO F. DE A. AMARAL END: Sítio Morro do Imbé Area construída 156,35 m ² Area de cobertura 164,16 m ² Area de muro 0 m ²	156,35 m ²
19	ESCOLA MUNICIPAL PADRE CICERO END: Pedra de Padre Cicero Area construída 130,40 m ² Area de cobertura 136,92 m ² Area de muro 0 m ²	130,40 m ²
20	CRECHE ANTÔNIO FERREIRA DE NOVAIS END: Pov. Pai Mané Area construída 238,00 m ² Area de cobertura 249,90 m ² Area de muro 87,20 m ²	238,00 m ²
21	ESCOLA MUNICIPAL CAPITÃO DOMINGOS END: Pov. Pai Mané Area construída 546,70 m ² Area de cobertura 574,03 m ² Area de muro 91,00 m ²	546,70 m ²
22	ESCOLA MUNICIPAL FILINTRO TAVARES END: Sítio Lagoa Grande	49,20 m ²



	Area construída 49,20 m ² Area de cobertura 51,66 m ² Area de muro 0 m ²	
23	ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIO ENÉAS END: Sítio Poço da Cobra Area construída 75,96 m ² Area de cobertura 79,75 m ² Area de muro 0 m ²	75,96 m ²
24	ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO END: Sítio Torroes Area construída 88,90 m ² Area de cobertura 93,34 m ² Area de muro 0 m ²	88,90 m ²
25	ESCOLA MUNICIPAL ARNON DE MELO END: Sítio Impoeiras Area construída 63,20 m ² Area de cobertura 66,36 m ² Area de muro 0 m ²	63,20 m ²
26	ESCOLA MUNICIPAL VALDEMAR CAMILO END: Sítio Água Branca Area construída 143,50 m ² Area de cobertura 150,67 m ² Area de muro 0 m ²	143,50 m ²
27	ESCOLA MUNICIPAL ORMINDO DA GRAÇA END: Sítio Volta de Dois Riachos Area construída 88,80 m ² Area de cobertura 93,24 m ² Area de muro 0 m ²	88,80 m ²
28	SALÃO DO DEPOSITO DE MERENDA Area construída 90,0 m ²	90,0 m ²
TOTAL DE ÁREA CONSTRUÍDA		6.604,85 m²

3.3. METODOLOGIA NO CONTROLE DE CUPINSDE SUBSOLO OU DE MADEIRA

Objetivo: Criar uma barreira protetora (barreira contínua) entre a estrutura ou madeira e os cupins (colônia), evitando e prevenindo a penetração e os danos à estrutura.

Metodologia: Consiste na aplicação de um cupinicida específico de alto poder residual na estrutura do imóvel, com a finalidade de formar uma barreira contínua, promovendo uma camada protetora invisível entre a estrutura e os cupins. Isso bloqueia o acesso dos cupins às fontes de alimento.

As colônias ou subcolônias que já se encontram dentro da estrutura serão combatidas aos poucos, por meio de monitoramento e inspeções detalhadas.

3.4 METODOLOGIA NO CONTROLE DE CUPINS/PULVERIZAÇÃO

São realizadas pulverizações com cupinicida específico em caminhos existentes dentro e fora do imóvel. O local é vistoriado como um todo para remoção de colônias secundárias, que normalmente se formam em telhados e árvores próximas às áreas afetadas.

O tratamento é localizado, com pulverização de calda inseticida em todas as áreas afetadas pelos cupins, utilizando como princípio ativo a molécula **fipronil**.

Efeito Devastador:



- O ingrediente ativo age de forma única e exclusiva, atingindo o sistema nervoso central (SNC) dos cupins.
- **Efeito dominó:** Um cupim contaminado pode transmitir o produto para 100 indivíduos da colônia. Cada um desses 100 repassa o produto para outros 10, resultando na morte de até 1.000 cupins. Esse processo em cadeia elimina toda a colônia.
- **Alta potência em baixa dose:** Altamente efetivo contra diversos gêneros de cupins, como *Coptotermes*, *Nasutitermes*, *Heterotermes* e *Reticulitermes*.
- **Sem repelência:** O produto não é repelente, permitindo que os cupins entrem em contato com a área tratada e sejam contaminados. A contaminação é rapidamente transferida para outros indivíduos da colônia por meio de hábitos de higienização e trofalaxia (troca de conteúdo bucal).
- **Baixo odor:** Vantajoso para o cliente e para o aplicador (PCO).
- **Baixo impacto ambiental:** O ingrediente ativo tem baixa mobilidade no solo, ficando absorvido às partículas, o que impede sua lixiviação.

3.5 METODOLOGIA NO CONTROLE DE BARATAS E ESCORPIÕES

O serviço de controle de insetos consiste na aplicação (pulverização) de inseticida nos raios sanitários, rodapés e sistema de esgoto sanitário. São utilizados produtos de quarta geração, sintéticos orgânicos (piretróides), que atuam rapidamente na interferência da transmissão do impulso nervoso dos insetos. Esses produtos não possuem odor forte e têm baixa toxicidade para seres humanos, pois são protegidos por microcápsulas.

O objetivo principal é o controle de baratas (*Periplaneta americana*).

Aplicação de inseticida em gel:

Em armários, eletrodomésticos e locais onde a pulverização convencional não é recomendada, utiliza-se como princípio ativo a **sulfluramida**, com foco no controle de baratas (*Blattella germânica*).

3.6 METODOLOGIA PARA CONTROLE DE ROEDORES

O serviço de controle de roedores consiste na aplicação de iscas raticidas de dose única ou múltipla (anticoagulantes) em todas as áreas externas do local contratante.

Mecanismo de ação:

- Os raticidas anticoagulantes têm ação cumulativa, atuando por ingestão. Eles interferem no mecanismo de coagulação sanguínea, provocando a morte por hemorragia.
- Podem ser aplicados com alimentos ou diretamente no meio ambiente.
- São considerados seguros para a saúde pública e para o meio ambiente, devido ao menor risco que oferecem.

Alvos principais:

- *Rattus norvegicus* (ratazana),
- *Rattus rattus* (rato de telhado),
- *Mus musculus* (camundongo).

3.7 METODOLOGIA PARA CONTROLE DE ROEDORES

O serviço de controle de roedores consiste na aplicação de iscas raticidas de dose única e dose múltipla (anticoagulantes) em todas as áreas externas pertencentes ao contratante. São utilizados raticidas crônicos, que atuam de forma cumulativa por ingestão, podendo ser aplicados com alimentos ou diretamente no meio ambiente.



Mecanismo de ação:

- Os anticoagulantes interferem no mecanismo de coagulação sanguínea, provocando a morte dos roedores por hemorragia.
- Os raticidas crônicos são amplamente utilizados em saúde pública devido ao menor risco que oferecem à população e ao meio ambiente.

Alvos principais:

- *Rattus norvegicus* (ratazana),
- *Rattus rattus* (rato de telhado),
- *Mus musculus* (camundongo).

3.8.METODOLOGIA DE APLICAÇÃO PARA PRODUTOS DESALOJANTES DE PÁSSAROS E MORCEGOS

Preparação do local: A empresa responsável deve preparar os locais de aplicação do produto, realizando a raspagem das fezes, a retirada de ninhos e filhotes, e a desinfecção contra piolhos.

Aplicação inicial: O produto desalojante deve ser aplicado em todos os locais onde seja identificada a presença de pombos ou morcegos.

Monitoramento e reaplicação: Em caso de migração desses animais para outras áreas, a empresa deve repetir o procedimento de aplicação do produto.

3.8.DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

3.8.1.Responsabilidade da Empresa

A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos, nas quantidades necessárias para a perfeita execução dos serviços.

3.8.2.Características dos Produtos

Os produtos utilizados deverão atender às seguintes características:

- Não causar manchas:** Não devem deixar resíduos ou marcas visíveis após a aplicação.
- Ser antialérgicos:** Devem ser seguros para pessoas com sensibilidade ou alergias.
- Tornar-se inodoros após 90 minutos da aplicação:** O odor deve dissipar-se em até 90 minutos após o uso.
- Ser inofensivos à saúde humana:** Não devem representar riscos à saúde das pessoas.
- Estar em conformidade com as normas vigentes:** Devem estar compreendidos entre os produtos permitidos pela **Portaria 10/85** e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, bem como atender às exigências da **Portaria 321/97** do mesmo órgão.
- Não danificar plantas:** Não devem causar danos ou morte às plantas dos canteiros, árvores e gramados.

3.8.3.Qualidade e Licenciamento dos Produtos

Além de atender às exigências descritas no item anterior, os produtos utilizados devem ser de **primeira qualidade** e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente.

3.9.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa licitante deverá apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa já prestou serviços compatíveis e pertinentes ao objeto deste



Edital. O atestado deverá conter: Nome do atestante, Endereço completo, Telefone para contato. Em anexo ao atestado, deverão constar notas fiscais ou contratos que comprovem a origem do atestado.

A empresa licitante deverá comprovar seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia (CREA), bem como o registro de seus responsáveis técnicos. A comprovação será feita por meio da apresentação de: Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, Certidão de Registro de Pessoa Física, Ambas dentro do prazo de validade e que comprovem a habilitação para desempenhar atividades compatíveis com os serviços objeto da licitação.

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21; inclusive nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, por estar presente a exceção prevista no inciso IV, do Art. 49, da Lei 123/06: Licitação dispensável - Art. 75, II, da Lei 14.133/21.

4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado preferencialmente apenas os executantes enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena da mesma multa aplicada pela infração administrativa de dar causa à inexecução total da contratação, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da presente contratação, na forma estabelecida no Art. 50, da Lei 14.133/21.



6.8.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1.Início: Imediato;

7.1.2.Conclusão: 12 (doze) meses.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2025, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO AMPLO - REACTUAÇÃO

8.1.Os preços contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano.

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, os preços poderão ser repactuados após o interregno de um ano, com data vinculada: à data de apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

8.3.O Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.4.É vedado ao Contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

8.5.A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

8.6.A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

8.7.Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação processada com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra, poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento de toda a documentação prevista no § 6, do Art. 135, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do fornecedor, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.



10.2.Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do fornecedor de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O fornecedor ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$,



sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Dois Riachos - AL, 24 de fevereiro de 2025.

ALLAN HENRIQUE CAMILO SILVA
Secretário de Educação



PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00003/2025

ANEXO II - MODELO DE CLARAÇÃO

PROCESSO Nº 0210032/2025

MODELO - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF nº.....** representada pelo(a) Sr(a).....declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o **Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal**, em cumprimento ao **Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.333/21**, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de **18 (dezoito) anos** que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de **16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de **14 (quatorze) anos**.

Local e Data

(.....), / /
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

Nome
CPF
Representante
RAZÃO SOCIAL
CNPJ



PREFEITURA DE
DOIS RIACHOS
Terra do coração da gente!



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00003/2025

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº 0210032/2025

MODELO – PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

NOME FANTASIA:	
RAZAO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NAO ()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
CONTATO:	TELEFONE:
BANCO:	AGENCIA Nº:
CONTA BANCARIA Nº:	

Em atendimento ao aviso de cotação de preços nº. ____/2025 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ ____ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	DEDETIZAÇÃO: baratas, formigas, escorpiões, traças, mosquitos, muriçocas, moscas em todas as dependências dos imóveis.	m ²	6.604,85	R\$	R\$
02	DESRATIZAÇÃO: Controle de roedores em todas as áreas internas e externas dos imóveis	m ²	6.604,85	R\$	R\$
03	DESCUPINIZAÇÃO: Tratamento contra cupins em todo o madeiramento e alvenaria dos imóveis	m ²	6.604,85	R\$	R\$

Validade da proposta:

Declaramos estar de acordo com todos os termos do aviso de cotação de preços e seus respectivos anexos.

Observações:

1. Emitir em papel que identifique a interessada.

Local e Data

(_____), / / .
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

Nome

CPF

Representante

RAZÃO SOCIAL

CNPJ